

O TRABALHO EDUCATIVO AMBIENTAL COM DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, RO

**ENVIRONMENTAL EDUCATION WORK WITH EARLY CHILDHOOD
EDUCATORS AT A MUNICIPAL PUBLIC SCHOOL IN PORTO VELHO, RO**

Ciências Humanas • 24/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/787545859](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/787545859)

Marilete Castilho Emidio¹

Sandra Santos da Costa²

Sérgio Luciane Neves de Miranda³

Clarides Henrich de Barba⁴

RESUMO

A Educação Ambiental na Educação Básica constitui um campo de reflexão e prática educativa que demanda articulação entre políticas educacionais, formação docente e valorização dos contextos socioculturais dos territórios. Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da formação docente para o desenvolvimento de práticas educativas ambientais na Educação Infantil, considerando as especificidades do contexto amazônico. A discussão teórica fundamenta-se na Educação Ambiental crítica na perspectiva do trabalho educativo, destacando dimensões éticas, estéticas, políticas, culturais e decoloniais da relação sociedade-natureza. A pesquisa possui abordagem qualitativa, com características de pesquisa-intervenção colaborativa, desenvolvida em uma escola municipal de Educação Infantil em Porto Velho, Rondônia. Foram realizadas: análise documental, observação participante, encontros formativos e rodas de conversa com sete professoras da Educação Infantil. Os resultados evidenciam que processos formativos participativos favorecem a resignificação das concepções docentes sobre Educação Ambiental, fortalecendo práticas pedagógicas sensíveis, contextualizadas e vinculadas ao território amazônico. Conclui-se que a formação continuada de professores é elemento fundamental para consolidar uma Educação Ambiental transformadora, integrada ao currículo e comprometida com a formação de sujeitos ecológicos.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Formação Docente; Trabalho Educativo; Educação Infantil; Amazônia.

ABSTRACT

Environmental Education in Basic Education constitutes a field of reflection and educational practice that requires alignment among educational policies, teacher education, and the appreciation of the

sociocultural contexts of local territories. This article aims to analyze the challenges and possibilities of teacher education for the development of environmental educational practices in Early Childhood Education, considering the specificities of the Amazonian context. The theoretical discussion is grounded in Critical Environmental Education from the perspective of educational work, highlighting ethical, aesthetic, political, cultural, and decolonial dimensions of the society-nature relationship. The research adopts a qualitative approach with characteristics of a collaborative intervention study, conducted at a municipal Early Childhood Education school in Porto Velho, Rondônia. Data collection included document analysis, participant observation, teacher training sessions, and conversation circles with seven Early Childhood Education teachers. The results show that participatory teacher training processes foster the re-signification of teachers' conceptions regarding Environmental Education, strengthening sensitive, contextualized pedagogical practices connected to the Amazonian territory. It is concluded that continuing teacher education is an essential element for consolidating a transformative Environmental Education, integrated into the curriculum and committed to the development of ecological subjects.

Keywords: Environmental Education; Teacher Training; Educational Work; Early Childhood Education; Amazon.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) é um caminho para compreendemos que o distanciamento do ser humano com a natureza tornou-o um ser “desumano”, aquele que procura apenas o “ter” com um o poder hierárquico colonial, impondo o seu domínio e o controle sobre os povos colonizados e mediante este cenário de ganância, o capital

tem sido a mola propulsora para destruição do planeta, envolto de um egoísmo pretencioso, tenta desacreditar a humanidade de que há um desajuste ambiental, mesmo diante das maiores crises climáticas de todos os tempos.

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental (EA) fortalece o pertencimento amazônico, a valorização da identidade dos povos que nela habitam, a valorização dos saberes tradicionais como um trabalho educativo que se caracteriza pelos valores éticos, estéticos e políticos capazes de sustentar uma nova relação entre humanidade e a natureza.

Para contextualizar o momento histórico da EA no Brasil, o movimento de institucionalização teve início nas décadas de 1980 e 1990, impulsionado por transformações políticas e sociais. A Constituição Federal de 1988 consagrou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum e impôs ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras (Brasil, 1988).

A Lei nº 9.795, de 1999, instituiu a Política Nacional de EA, definindo-a como um processo permanente em todos os níveis e modalidades de ensino, devendo ser integrada de forma contínua e interdisciplinar. Essa lei representou um avanço normativo ao reconhecer que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os espaços educativos, formais e não formais, e que seu propósito fundamental é a formação de cidadãos críticos e participativos (Brasil, 1999).

Desse modo, os professores podem assumir um papel dialógico, capaz de articular os conhecimentos científicos e saberes locais

numa perspectiva de ampliação do diálogo sobre o meio ambiente e a sua importância no contexto educacional. E então, evidenciamos a importância da formação docente no contexto da EA na Amazônia para trabalhar com crianças na Educação Infantil.

A pesquisa teve como questão norteadora “de que maneira acontece o trabalho educativo docente em Educação Ambiental, realizadas no cotidiano escolar da Educação Infantil, e como poderiam ser valorizadas e ampliadas por meio de intervenções colaborativas voltadas à formação das docentes?”

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado em que o foco se deu na formação docente de uma escola de Educação Infantil, e juntos, por meio de encontros formativos dialógicos e participativos encontraram caminhos sensíveis para o trabalho educativo com as crianças desenvolvido pelos docentes realizadas na pesquisa descritiva

2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O processo formativo de Professores que atuam na Educação Infantil escolar na Amazônia pode contemplar o cuidado nas interações com as crianças reconhecendo a diversidade ecológica para a preservação e consciência ambiental (Carvalho; Bonotto, 2024).

A formação de atitudes e comportamentos ambientalmente responsáveis na infância está intimamente relacionada ao conceito de Educação Ambiental, que se destaca a importância de compreender as relações entre sociedade e natureza à luz das representações sociais que permeiam essas interações, promovendo uma leitura da realidade e a formação de sujeitos ecológicos.

Diniz, Barba e Oliveira (2025, p. 200), consideram

[...] uma urgência de uma educação ambiental em favor da vida, comprometida com a defesa do clima e com a justiça socioambiental, de modo a se tornar um campo de práticas e vivências que impulsionem a reconexão com a Terra e a reconstrução de relações mais respeitosas com todos os seres.

Desse modo, é necessário que os educadores abordem temas como sustentabilidade, justiça ambiental, justiça climática e relações sociedade-natureza de maneira contextualizada, lúdica e significativa.

As formações devem contemplar os conhecimentos, a cultura, a identidade local, Tristão (2018) amplia esse debate ao introduzir a dimensão pós-colonial na Educação Ambiental. Ela argumenta que as práticas educativas ainda reproduzem epistemologias eurocêntricas, que desvalorizam saberes tradicionais e invisibilizam as formas de conhecimento dos povos originários e comunidades locais.

A respeito do processo formativo, Mendes e Barba (2022, p. 351) afirmam:

A formação docente deve visar a interdisciplinaridade e exige uma reflexão teórica, cuja superação da ação deve ser refletida, pois para que a EA seja introduzida nas escolas, não bastam leis que a implantem, mas é necessário o comprometimento de toda a comunidade escolar, principalmente dos educadores, que devem ter um amplo trânsito entre as Ciências sociais e as Ciências naturais.

A interdisciplinariedade é um caminho que exige um processo teórico e prático que envolve o comprometimento com a comunidade escolar de tal modo que envolve as práticas educativas relacionadas a constituição dos valores voltados a consciência ambiental.

Nesta perspectiva decolonial, a EA torna-se espaço de resistência e de valorização da diversidade epistemológica, abrindo caminho para o diálogo intercultural e a construção de currículos plurais. Essa visão é especialmente relevante na Amazônia, onde coexistem múltiplos modos de vida e relações simbólicas com a natureza (Diniz, Barba, Oliveira, 2025)

A formação de professores é uma condição essencial para poderem planejar, mediar e avaliar experiências educativas que articulem o cuidado ambiental de maneira lúdica, significativa e contextualizada. A formação docente é, portanto, elemento fundamental para a efetividade das práticas de Educação Ambiental. Segundo Sauv   (2005), h   diversas correntes te  ricas que orientam a atua  o dos professores nesse campo, variando de

abordagens naturalistas e conservacionistas até perspectivas críticas.

Também se destaca a importância da produção de materiais pedagógicos específicos para a Educação Ambiental na primeira infância, respeitando a linguagem, o ritmo e a curiosidade natural das crianças, e possibilitando uma abordagem coerente com sua realidade e potencial formativo (Martins, 2020)

Dessa forma, a escola se consolida como polo de mobilização comunitária em favor da sustentabilidade e do fortalecimento da identidade amazônica. É na valorização dos saberes locais, no respeito à diversidade cultural e ecológica, e no estímulo à participação ativa das crianças nos processos de transformação socioambiental, que o trabalho educativo se consolida (Botelho, 2024).

2.1. O Trabalho Educativo Ambiental na Formação Docente na Educação Infantil

O trabalho educativo é fundamental para esta pesquisa. De acordo com Saviani (2011, p. 21) “O trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Desse modo, o trabalho educativo na formação humana por meio da educação visando a transformação na relação com o meio ambiente como construção social que enfatiza a dimensão política e dialógica da educação.

O processo de formação na Educação Ambiental com os Professores da Educação Infantil é necessário para ampliar o compromisso docente com o ensino de crianças, assim formações baseadas em

metodologias participativas e em vivências locais contribuem significativamente para o fortalecimento das práticas ambientais escolares.

Nessa dinâmica, é fundamental os educadores abordarem temas como sustentabilidade, justiça ambiental e relações sociedade-natureza de maneira contextualizada, lúdica e significativa. A respeito do processo formativo, Mendes e Barba (2022, p. 351) afirmam: A formação docente deve visar a interdisciplinaridade e exige uma reflexão teórica, cuja superação da ação deve ser refletida, pois para que a EA seja introduzida nas escolas, não bastam leis que a implantem, mas é necessário o comprometimento de toda a comunidade escolar, principalmente dos educadores, que devem ter um amplo trânsito entre as Ciências sociais e as Ciências naturais.

A escola é um espaço de produção de significados, onde o conhecimento ambiental deve emergir das vivências, saberes locais, da cultura e da curiosidade infantil. Nesse sentido, Vasconcellos (2024) destaca que ambientes educativos democráticos perpassa o conteúdo e num processo formativo favorece a autonomia, a participação e convivência ética.

Rambo e Roesler (2019, p. 118) destacam que “a criança, em sua essência, é atraída naturalmente para o mundo da descoberta através do ambiente que lhe é oportunizado, no qual, dentro de seu ritmo individual, observa, reflete, constrói hipóteses e experimenta” Esta dinâmica revela que a EA para as crianças pode ser feita com o meio ambiente em que vivem para que elas possam experimentar, observar e interagir diretamente com os elementos naturais.

A formação de atitudes e comportamentos ambientalmente responsáveis na infância está intimamente relacionada ao conceito de Educação Ambiental, nas relações entre sociedade e natureza à luz das representações sociais que permeiam essas interações, promovendo uma leitura da realidade e a formação de sujeitos ecológicos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa fundamentado em uma abordagem colaborativa, com características de pesquisa-intervenção, voltada à valorização e ampliação das práticas educativas de Educação Ambiental na Educação Infantil (Ibiapina, 2008).

A investigação foi realizada no contexto da Escola Municipal Odília Pereira de Oliveira II, localizada em Porto Velho, Rondônia, e integrou o Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

A escolha dessa metodologia partiu do entendimento de que a Educação Ambiental, por ser um campo dialógico e transformador, exige processos investigativos que envolvam os sujeitos na construção coletiva de saberes, conforme defendem Freire (1996) e Leff (2012).

A pesquisa teve como questão norteadora compreender de que maneira as práticas educativas em Educação Ambiental, realizadas no cotidiano escolar da Educação Infantil, poderiam ser valorizadas e ampliadas por meio de intervenções colaborativas voltadas à formação das professoras.

A pesquisa foi realizada com sete professoras da Educação Infantil com formação acadêmica em Pedagogia, sendo que a maioria possui especializações em áreas como Psicopedagogia, Educação Especial, Gestão Escolar e Séries Iniciais. Algumas professoras possuem ainda formação complementar em Libras, demonstrando preocupação com a inclusão e a diversidade no ambiente educacional.

Com esse propósito, a investigação seguiu três etapas principais: análise documental, observação participante, realização de encontros formativos. Cada etapa foi conduzida de forma integrada e dialógica, respeitando os princípios éticos e epistemológicos da pesquisa qualitativa.

Foi conduzida a observação participante, que teve como foco o acompanhamento das atividades educativas e das interações entre as professoras e as crianças, buscando compreender as concepções de Educação Ambiental presentes nas práticas cotidianas.

Realizou-se a roda de conversa, no qual ocorreu a apresentação do projeto e a escuta inicial das participantes por meio das entrevistas semiestruturadas, o que possibilitou compreender as concepções e os conhecimentos prévios em relação à Educação Ambiental.

A opção metodológica pela roda de conversa justificou-se pelo potencial dessa técnica em promover a interação entre os participantes, bem como em possibilitar o aprofundamento das percepções coletivas acerca da temática investigada: a Educação Ambiental na prática educativa.

Os momentos de intervenção colaborativa ocorreram com a participação das professoras e da pesquisadora, que também atua

como professora na instituição (lócus da pesquisa). O objetivo desses encontros foi propiciar a construção coletiva de conhecimentos capazes de contribuir com as práticas educativas em sala de aula, no contexto específico da Educação Infantil da Escola Odília Pereira de Oliveira II, em Porto Velho.

As ações propostas buscaram integrar a Educação Ambiental transversalmente ao currículo da Educação Infantil, por meio de atividades lúdicas, projetos interdisciplinares, valorização dos saberes locais e promoção do contato das crianças com a natureza. Além disso, o processo de avaliação ocorreu de modo formativo e contínuo, para refletir coletivamente sobre os avanços, desafios e aprendizagens emergentes, possibilitando a reorientação das práticas pedagógicas e o aprofundamento da compreensão dos fenômenos investigados.

No contexto desta investigação, a intervenção colaborativa revelou-se especialmente adequada por respeitar a dinâmica cotidiana da escola, valorizar os saberes das professoras e estimular a reflexão sobre as práticas pedagógicas. A pesquisa de intervenção colaborativa destacou-se pela participação ativa dos sujeitos, contribuiu não apenas para a produção de conhecimentos relevantes no campo da Educação Ambiental na Educação Infantil, mas também para o fortalecimento da práxis pedagógica, comprometida com a formação de sujeitos eticamente biocêntricos, sensíveis, afetivos e transformadores

4. RESULTADOS: A FORMAÇÃO DOCENTE NO TRABALHO EDUCATIVO AMBIENTAL COM PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao trazer essas discussões para o contexto da Educação Infantil, torna-se evidente que a EA não pode ser tratada como um apêndice do currículo, mas como eixo estruturante da formação integral da criança. As primeiras experiências da infância com o ambiente são determinantes para a construção de vínculos afetivos e cognitivos com a natureza. Seribelli *et al* (2024) entende que a sociologia da infância considerando a essência das crianças de modo coletivo, considerando a criança como um sujeito social que vive na família e estuda em Escolas da rede pública e provada.

A Escola Odília Pereira de Oliveira II adota a metodologia de projetos como eixo estruturador de suas ações didático-pedagógicas. Nesse contexto, o projeto intitulado “Construindo um futuro juntos” (Meio Ambiente) aborda a temática com maior profundidade e intencionalidade pedagógica voltada às vivências de práticas e ao envolvimento das famílias.

Quadro 1. Objetivos dos subprojetos do Projeto “Construindo um futuro juntos”

Atividades	Objetivos da Formação
1ª Semana Revitalização da horta	Incentivar o contato direto com a terra e plantas, valorizando a importância da produção de alimentos saudáveis.
2ª Semana De onde vem o papel?	Refletir sobre a origem do papel, o uso consciente, a preocupação de evitar o desperdício, estimulando atitudes responsáveis.
3ª Semana Reciclagem.	Separação dos resíduos e a reutilização de materiais, buscando práticas sustentáveis.
4ª Semana Compostagem e alimentação.	Apresentar a transformação dos resíduos em adubo, correlacionando com a alimentação saudável.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

As formações ocorrem em quatro semanas. Na primeira semana o tema foi Revitalização da horta, na sequência, de onde vem o papel, a Reciclagem e Compostagem e Alimentação.

A primeira foi a respeito da organização da horta escolar com a finalidade do desenvolvimento da sensibilidade ambiental visando o resgate de saberes, hábitos de alimentação saudável e a valorização do trabalho coletivo voltado a alimentação escolar. No processo formativo, as práticas de revitalização da horta no espaço escolar incentivam as professoras para que elas possam aprender a trabalhar para que as crianças possam resgatar os saberes, hábitos de alimentação saudável e a valorização do trabalho coletivo.

As atividades envolveram desde a preparação do solo, a semeadura, os cuidados diários com a irrigação e o controle de pragas naturalmente, até a colheita das hortaliças. Este é um processo em que as crianças participaram ativamente de todas as etapas, desenvolvendo noções sobre a importância do solo, da água, da luz solar e o respeito aos tempos da natureza.

Ao apoiar-se nos princípios decoloniais, a leitura destaca a horta escolar como território pedagógico que valoriza epistemologias plurais. A inclusão do engenheiro florestal não é interpretada como exclusividade do saber especializado, mas como oportunidade de diálogo com saberes docente e com o protagonismo das crianças. Dessa maneira, todo esse movimento na escola rompe com hierarquias coloniais do conhecimento, reconhecendo a legitimidade de múltiplos sujeitos na produção de sentidos para a Educação Ambiental. Nessa dimensão, a horta torna-se espaço de

construção formativa, no qual se entrelaçam saberes locais, técnicos e da infância, em sintonia com os princípios da pedagogia decolonial.

Com essa nova forma de construir os saberes e valores, como a horta escolar como um princípio educativo nos traz a reflexão da construção de um sujeito ecológico que de acordo com Isabel de Carvalho (2016, p. 115) “influencia a outros pelo seu cuidado, zelo, atitudes, valores e ações ecológicas. O sujeito ecológico é incorporado por pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas”. Do mesmo modo, este sujeito apresenta uma dimensão ecológica com “um espírito de cuidado, responsabilidade e solidariedade com o ambiente; que pode ser assumida por indivíduos ou grupos e também pelas instituições como a escola” (Carvalho, 2016, p. 115).

Degasperi e Bonotto (2017) compreendem que os valores são fundamentais para pensar uma Ecologia dos saberes para as crianças, cujo fundamento envolve a corporeidade. Nesse cenário, a integração entre práticas restaurativas e Educação Ambiental revela-se uma estratégia pedagógica promissora, ao favorecer a construção de sujeitos reflexivos, empáticos e conscientes de seu papel na coletividade e na preservação ambiental. As práticas restaurativas e a Educação Ambiental compartilham os mesmos fundamentos éticos, que priorizam o diálogo, a corresponsabilidade e a reparação de danos, princípios essenciais à formação integral na infância.

Em seguida, na segunda semana, o subprojeto teve como foco o tema “De onde vem o papel?”, promovendo reflexões sobre o processo de fabricação do papel, seu impacto ambiental e a importância de reduzir o consumo e reutilizar materiais. As

atividades estimularam o pensamento em relação ao uso consciente dos recursos naturais. Foi possível perceber durante a atividade a preocupação das crianças nos diálogos sobre o impacto ambiental, considerando que são muitas as árvores necessárias para a fabricação do papel, e que elas causam redução da biodiversidade, uso demasiado de água, empobrecimento do solo, além de conflitos socioambientais

Para aprofundar o sentido pedagógico, ao ser trabalhado a questão do papel e a sua forma do próximo local, no caso específico da reciclagem, propõe-se: a) Relacionar a cadeia produtiva do papel a escolhas de consumo e redução do uso; b) Qualificar a parceria com a cooperativa de catadores, enfatizando trabalho e direitos; c) Mensurar, com as crianças, reduções reais de resíduos; d) Produzir narrativas visuais sobre o destino dos materiais. Com isso, a reciclagem funciona como mediação entre o consumo e não apenas como técnica. A conscientização sobre o uso do papel e a importância de evitar o desperdício constituem temas centrais nas práticas de Educação Ambiental, sobretudo quando articuladas ao debate sobre os impactos ambientais do consumo excessivo.

Todavia, na produção de Papel numa Escola de Educação Infantil, é um desafio, que inicialmente desperta medo, insegurança, mas, ao mesmo tempo desejo de envolver uma comunidade para pensarem ações mais eficazes e significativas, buscando a valorização e o respeito ao meio no qual os envolvidos estão inseridos (Copatti, Callai, 2018).

Diante do contexto mencionado, em Educação Ambiental, o exercício de reflexão não deve limitar-se a uma abordagem meramente informativa sobre o ciclo de produção do papel, mas

precisa provocar no sujeito, professor e criança, um posicionamento diante da lógica de consumo e descarte que sustenta a sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, os saberes, além da inserção curricular, promovem investigações acerca do uso do papel na escola, que não se trata apenas de ensinar sobre economia de recursos, mas de instaurar um espaço de consciência ambiental que mobilize emoções, memórias e valores.

Ao analisar experiências de Educação Ambiental em escolas amazônicas, Marques, Mazzarino e Damasceno, (2024), constatou que a construção de hortas comunitárias e a participação das famílias ampliam a compreensão das crianças sobre a sustentabilidade e fortalecem o vínculo entre escola e comunidade. Essa dimensão territorial da educação é enfatizada por Porto-Gonçalves (2006), ao considerar que cada prática educativa carrega um “sentido de lugar”, um pertencimento que dá identidade e propósito às ações formativas

Este é um processo de formação de professoras relacionadas as etapas desenvolvendo noções sobre a importância do solo, da água, da luz solar e o respeito aos tempos da natureza. Ao trazer o processo de formação com as professoras ressalta-se que a EA no contexto da Educação Infantil é determinante as experiências da infância com o ambiente são determinantes para a construção de vínculos afetivos e cognitivos com a natureza.

Guimarães e Mello (2022) demonstram que crianças expostas a práticas educativas voltadas à sustentabilidade desenvolvem mais cedo atitudes de cooperação, empatia e respeito à diversidade ambiental. Dessa forma, o contato direto com elementos naturais, como hortas escolares, jardins sensoriais e atividades ao ar livre,

favorece o desenvolvimento da sensibilidade ecológica e do pensamento crítico, elementos essenciais para a construção de uma consciência ambiental sólida.

Além disso, tais experiências permitem aos educadores abordarem temas como sustentabilidade, justiça ambiental e relações sociedade-natureza de maneira contextualizada, lúdica e significativa. A respeito do processo formativo, Mendes e Barba (2022, p. 351) afirmam: A formação docente deve visar a interdisciplinaridade e exige uma reflexão teórica, cuja superação da ação deve ser refletida, pois para que a EA seja introduzida nas escolas, não bastam leis que a implantem, mas é necessário o comprometimento de toda a comunidade escolar, principalmente dos educadores, que devem ter um amplo trânsito entre as Ciências sociais e as Ciências naturais.

A prática pedagógica, quando vivenciada coletivamente, possibilita que as crianças reconheçam o papel como um bem natural e socialmente produzido. Isso situa a sua utilização numa ética do cuidado, onde o ato de poupar deixa de ser gesto individual para tornar-se compromisso coletivo com a vida e com o planeta.

No que se refere à temática da reciclagem (3ª Semana), a escola recebe, com frequência, acadêmicos da UNIR e faculdades locais, que desenvolvem ações de sensibilização com as crianças sobre a importância da separação correta dos resíduos sólidos e a valorização do trabalho dos catadores. Essas ações incluem palestras adaptadas à faixa etária e incentivam a prática da coleta seletiva no ambiente escolar, contribuindo com a valorização dos espaços verdes no ambiente escolar.

Abordou-se o tema da reciclagem, promovendo a campanha “Transforme o vazio em futuro”, que consiste na coleta dos resíduos sólidos na escola por meio da entrega de garrafas PET vazias que serão recolhidas pela Cooperativa de Catadores. Além disso, foram produzidos brinquedos com materiais reutilizáveis, promovendo a criatividade e a consciência ambiental das crianças.

A inserção de ações de reciclagem com a participação de universidades e cooperativas de catadores amplia a dimensão pedagógica da escola ao conectar saberes acadêmicos, comunitários e infantis. Nesse contexto, o ato de separar resíduos deixa de ser apenas um hábito de higiene ou organização para tornar-se um gesto de reconhecimento social do trabalho dos catadores, frequentemente invisibilizados. Todavia, ao mesmo tempo, a produção de brinquedos com materiais reutilizáveis reforça a dimensão estética e criativa da Educação Ambiental, valorizando a ludicidade como ferramenta de formação.

A experiência, portanto, não se restringe a transmitir informações sobre reciclagem, mas propõe uma vivência que articula consciência ambiental, responsabilidade coletiva e justiça social, deslocando a prática educativa de um plano apenas informativo para um plano ético e reflexivo. Ao realizar uma análise não crítica, enxerga-se a prática descrita como estratégia didático-pedagógica de caráter instrumental ao trazer uma ação corriqueira que compete à escola, enquanto espaço com função social, apresentar acerca da conservação, bem como efetivar os saberes sobre reciclagem.

Na Educação Ambiental, o exercício de reflexão não deve limitar-se a uma abordagem meramente informativa sobre o ciclo de produção do papel, mas precisa provocar no professor e na criança, um

posicionamento diante da lógica de consumo e descarte que sustenta a sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, os saberes, além da inserção curricular, promovem investigações acerca do uso do papel na escola, que não se trata apenas de ensinar sobre economia de recursos, mas de instaurar um espaço de consciência ambiental que mobilize emoções, memórias e valores. Para Nunes *et al* (2025, p.9) o ato de ensinar as crianças é dar direcionamento:

[...] sem direção docente intencional e sem critérios claros de seleção de conhecimentos, da escolha das melhores formas de transmissão desses conteúdos e do conhecimento profundo do destinatário a quem se destinará o ato pedagógico, as experiências tendem a converter-se em fins em si mesmas e não em mediações de acesso a formas superiores de pensamento.

Evidencia-se também o trabalho educativo do docente na perspectiva crítica que nessa atividade ultrapassa a dimensão informativa e instrumental, enfatizando que o trabalho com o tema do papel e da reciclagem deve promover reflexão sobre os condicionantes sociais, culturais e institucionais que sustentam a lógica de consumo.

A prática da Educação Ambiental envolve a posicionamentos éticos diante do descarte e da produção de resíduos. Nessa ótica, a escola torna-se espaço formativo que articula conhecimentos acadêmicos, comunitários e infantis e que isto pode ser incorporado a compreensão do currículo como prática situada, conforme aponta Sacristán (2000).

A atividade adquire, portanto, caráter transformador, pois não apenas transmite informações, mas também problematiza valores, promove consciência coletiva e estimula cidadania ativa. Em relação ao olhar decolonial, as práticas descritas ressignificam a Educação Ambiental ao valorizar epistemologias plurais e saberes historicamente invisibilizados (Tristão, Vieiras, 2017). A integração de cooperativas de catadores e universidades cria um espaço de diálogo entre os conhecimentos acadêmicos, comunitários e infantis, questionando hierarquias coloniais do saber.

A Educação Ambiental, ao problematizar as relações sociais e econômicas que sustentam o modelo de desenvolvimento hegemônico, incentiva práticas transformadoras que rompem com a lógica do consumo desenfreado. Ao sensibilizar crianças, jovens e adultos para o uso consciente do papel, promove-se não apenas a preservação dos recursos naturais, mas também a formação de estudantes mais responsáveis e comprometidos com a construção de uma sociedade ecologicamente sustentável.

Atividades de reciclagem desenvolvidas com crianças têm um papel fundamental na Educação Ambiental, ao contribuírem para a formação de valores, atitudes e comportamentos voltados à preservação do meio ambiente desde a infância. Por meio da separação de resíduos, da reutilização de materiais e da criação de novos objetos, as crianças são inseridas em um processo educativo que articula o saber fazer com a reflexão sobre o consumo e o descarte.

Na mesma temática de reciclagem e com a colaboração de professoras e pesquisadora, na quarta semana foram realizados ateliês para as famílias através de saberes voltado para sabão

ecológico, Kokedamas, frutos da formação que tiveram no Viveiro Educativo Campus UNIR.

A proposta de realização de ateliês de sabão ecológico na escola promove o resgate de saberes populares por meio do diálogo, cria-se um ambiente de confiança e pertencimento, além de proporcionar trocas de conhecimentos e diminuição dos resíduos, promovendo economia doméstica e sustentabilidade. Nota-se que na Educação Ambiental, o valor desses ateliês não reside apenas na aprendizagem de técnicas sustentáveis, mas, sobretudo na possibilidade de fortalecer a autonomia comunitária e o protagonismo docente e discente. Ao articular prática simples, como a reutilização de óleos de cozinha ou a construção de kokedamas, com uma reflexão sobre os impactos do consumo, a escola ressignifica o cotidiano e o transforma em espaço de resistência às lógicas mercadológicas que reduzem a Educação Ambiental a eventos pontuais.

O ateliê de sabão ecológico consistiu no reaproveitamento do óleo de cozinha usado, transformando-o em sabão artesanal. Mais do que ensinar uma técnica de reciclagem, a atividade possibilitou uma reflexão sobre os impactos ambientais do descarte incorreto de resíduos e sobre a necessidade de repensar hábitos cotidianos de consumo. Ao dialogar com práticas já presentes em muitas comunidades, essa experiência valorizou o saber popular, promovendo um intercâmbio entre conhecimento acadêmico, cultura local e vivência escolar

O ato de produzir sabão ecológico não se limita a uma ação técnica de reaproveitamento, trata-se de um gesto pedagógico que coloca em debate a responsabilidade coletiva diante do consumo e do

descarte. Ao valorizar o conhecimento comunitário, a escola amplia sua função formadora, reforçando o compromisso de uma Educação Ambiental transformadora e socialmente participativa.

Em relação à técnica das kokedamas, que consiste em envolver raízes de plantas em esferas de substrato e musgo, aproximou crianças, famílias e professores de uma experiência estética e sensível com a natureza. Ao manipular a terra e as raízes, os participantes puderam experimentar um contato direto com os elementos naturais, construindo vínculos de pertencimento e cuidado.

A confecção das kokedamas evidencia que a Educação Ambiental não se reduz à transmissão de conceitos, mas se materializa como experiência estética e afetiva. O ato de cuidar da planta e acompanhar o seu desenvolvimento simboliza um aprendizado que une ética e sensibilidade, convidando a repensar a relação ser humana–natureza para além da lógica utilitarista.

Nesse sentido, cada ateliê funcionou como dispositivo de conscientização. Ele conectava o conhecimento acadêmico, o saber popular e a vivência escolar em um processo contínuo de formação ética e estética. Isso promoveu uma contemplação do convívio com a natureza como um aspecto importante para as pessoas, seja referente à sua saúde mental ou físico. Uma Educação Ambiental decolonial caminha para romper a lógica eurocêntrica e mercantilista da natureza, e para isso, valorizar saberes locais, ancestrais e resistências comunitárias são resgates epistemológicos decoloniais (Tristão; Vieiras, 2017).

Assim, na ideia analítica desta pesquisadora de maneira não crítica, tanto a produção de sabão ecológico quanto a confecção de kokedamas são entendidas corriqueiramente como padrões de atividades técnicas e instrumentais inseridas nos planejamentos escolares como uma ação que deva sempre estar inserida. Nesse sentido, tanto a produção de sabão ecológico quanto a confecção de kokedamas se constituíram como momentos de aprendizagem significativa que articularam conhecimentos técnicos, saberes comunitários e experiências sensíveis com a natureza. Assim, os ateliês representam uma dinâmica dos saberes, que envolvem o ambiente escolar, e que se constroem como um movimento cultural no cotidiano escolar (Rocha 2022).

As realizações dos elencados ateliês afirmam que a Educação Ambiental decolonial não se limita a cumprir o currículo de forma tecnicista, mas se abre como prática de vida e transformação. Tais ateliês realizados na escola demonstraram que a prática pedagógica pode ir além do cumprimento formal de conteúdos prescritos, assumindo um caráter vivencial, ético e estético. Entretanto, o valor educativo é associado principalmente à eficiência prática ao ordenar a redução de resíduos, reciclagem de insumos e contato inicial com a natureza.

A Educação Ambiental aparece aqui como recurso metodológico que complementa o ensino de conteúdos, reforçando hábitos corretos de consumo e descarte. Destarte, na perspectiva crítica, as experiências ultrapassam a mera dimensão técnica e adquirem significado formativo e social. O sabão ecológico, além de reaproveitar resíduos, transforma-se em ato pedagógico que provoca reflexão sobre consumo, descarte e responsabilidade coletiva. As kokedamas, por sua vez, promovem vivência estética e

sensível, fortalecendo vínculos de pertencimento e cuidado com a natureza.

No que tange a visão decolonial, as práticas representam oportunidades de romper com a centralidade da racionalidade ocidental utilitarista. O sabão ecológico não é apenas um produto reaproveitado, mas expressão de saberes comunitários que desafiam a lógica do consumo linear e individualista. As kokedamas, ao integrarem estética, cuidado e ancestralidade, possibilitam experiências, resgatando a dimensão sensível da relação com a terra e as plantas. Os ateliês demonstraram que a Educação Ambiental pode ser mais do que um eixo transversal curricular: ela se torna espaço de experiência, onde práticas simples se convertem em momentos de consciência, pertencimento e transformação.

Costa (2024) atesta que todas essas experiências com e na natureza beneficiam o desenvolvimento da criança em sua totalidade, favorecendo a formação da personalidade e proporcionando a convivência de si com os outros, uma vez que, esse convívio fortalece um vínculo positivo que oferece infinitas possibilidades, de se sentir acolhida em sua individualidade, de despertar e estimular vários sentidos como o tato, audição, visão e olfato.

Assim, ao integrar professores, crianças e famílias em atividades que unem técnica, estética e ética, reforça-se a ideia de que a escola deve ser um lugar de formação integral, no qual o conhecimento científico dialoga com o saber popular e com as vivências locais, produzindo deslocamentos éticos e estéticos que reconfiguram a prática pedagógica.

Na educação ambiental, Payne et al. (2018) argumentam sobre a relevância de trazer para o centro da discussão a educação que considere o sensível, já que a experiência estética suscita uma transcendência do olhar racional e imediatista da nossa compreensão como ser-no-mundo. Além disso, a estética abre possibilidades para a imaginação, criatividade, afetividade e indagações acerca das posturas antropocêntricas da nossa sociedade. Nesse sentido, as vivências, quando bem conduzidas, despertam o senso de responsabilidade ecológica e fortalecem a compreensão de que ações pontuais cotidianas podem gerar grandes impactos positivos. Além disso, ao tornar a aprendizagem concreta e significativa, a reciclagem se torna um instrumento eficaz para trabalhar noções de sustentabilidade, cidadania e cuidado com a vida. Ela se alinha aos princípios da Educação Ambiental, que busca transformar a relação dos sujeitos com o meio e com a sociedade.

Na quarta semana, as ações foram voltadas à compostagem, integrando os cuidados com o meio ambiente e à promoção da saúde. As crianças participaram da construção de uma composteira, trazendo de casa resíduos orgânicos como borra de café e cascas de frutas e verduras.

As atividades culminaram com um piquenique saudável, reforçando hábitos alimentares adequados e sustentáveis, além da produção de artes utilizando elementos da natureza, como folhas, sementes, galhos e tinta natural. Durante dez dias regando a horta e observando, foram coletar o chorume que se formou na parte de baixo da composteira. Ao acompanhar, propor uma atividade de compostagem, podemos afirmar que é uma prática de reparação ecológica, onde o resíduo passa a ser um recurso fértil e útil à vida, é

reparação porque não pune o erro do desperdício, mas repara-o por meio de ações conscientes.

No processo de transformação dos resíduos orgânicos em adubo, as crianças aprendem, de forma concreta e sensorial, sobre os ciclos naturais, a importância da redução do lixo e o valor da vida em todas as suas formas. Essa vivência estimula o cuidado, a paciência e o respeito pelos processos da natureza, valores fundamentais para uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente. Para uma Educação Ambiental decolonial, rompe-se com a lógica dominante que só enxerga a natureza como objeto de exploração, deste modo a compostagem contribui para a construção de uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade coletiva, alinhando-se à perspectiva crítica defendida por uma educação comprometida com a transformação social e ambiental.

Dessa forma, cultivar a terra com as próprias mãos, mesmo em reduzida escala, é um trabalho educativo transformador (Almeida, Ferreira, 2020). O ateliê de compostagem demonstrou que práticas simples podem se converter em experiências formativas profundas. Ao trazer resíduos de casa, as crianças tornaram-se coautoras do processo, levando para a escola fragmentos de sua vida cotidiana, o que estreitou a conexão entre espaço escolar e práticas familiares. A prática da compostagem no espaço escolar extrapola o caráter instrumental de manejo de resíduos e assume um papel formativo que mobiliza valores éticos, atitudes de cuidado e um olhar sensível para os ciclos da natureza

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas educativas ambientais na Educação Infantil buscam a participação ativa das famílias e da comunidade, por meio da promoção de eventos escolares, feiras ecológicas, práticas que favoreçam os saberes tradicionais e rodas de conversa sobre preservação ambiental.

A Educação Ambiental crítica favorece a formação de sujeitos conscientes de sua identidade ecológica e cultural, capazes de cuidar, proteger e defender o território em que vivem. Neste sentido, a escola caminha para a efetivação de práticas educativas em Educação Ambiental, alinhadas às demandas regionais e à formação integral das crianças.

Nesta pesquisa qualitativa na Educação Infantil, o diálogo, a escuta ativa e a construção coletiva de significados, favorecem uma perspectiva de valorização dos saberes e segundo Tiriba e Guimarães (2023) a desconstrução de um modelo escolar referenciado no capitalismo colonialista, que possibilita uma prática educativa sensível e afetiva sobre as questões ambientais junto às crianças, aspectos fundamentais em uma proposta de pesquisa-intervenção colaborativa na Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C.; FERREIRA, I. Horta escolar: uma prática ambiental educativa. Cadernos de Educação Ambiental, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 1-17, jan./jun. 2020.

BOTELHO, C. A. R. Jogos educativos e ludicidade nas práticas educativas ambientais: interdisciplinaridade curricular na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira, Porto Velho, RO. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação – MEPE) –

Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – PPGEEProf, Porto Velho, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

COPATTI, C.; CALLAI, H. C. O Ensino de geografia em educação do campo e o livro didático. Revista Contexto & Educação, [S. l.], v. 33, n. 105, p. 222– 247, 2018. DOI: 10.21527/2179-1309.2018.105.222-247. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/articloe/view/7283>. Acesso em: 16 set. 2025.

DEGASPERI, T.; BONOTTO, D. M. B. Educação ambiental e as dimensões cognitiva e afetiva do trabalho com valores: produzindo sentidos. Ciência & Educação, Bauru, v. 23, n. 3, p. 625–642, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170030006>

DINIZ, J. F.; BARBA, C. H.; OLIVEIRA, K. F. Ajurina na Educação Ambiental: encontro de vozes e saberes por uma educação em defesa da vida. In: RAYMUNDO, M. H. A. et al. Vamos Virar o Jogo: Tecendo na Amazônia a Educação Ambiental pelo Clima e pela Vida. Manaus: INPA, 2025., p. 199-201.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, M.; MELLO, S. **Educação ambiental na primeira infância: aprendizados e desafios.** Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 17, n. 4, p. 223-240, 2022.

IBIAPINA, I. M. L. M. Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Líber Livro, 2008.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARQUES, M. de C. P; MAZZARINO, J. M; DAMASCENO, M. M. S. Formação de professores em Educação Ambiental a partir das hortas escolares. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 6, p. 115–133, 2022. DOI: 10.34024/revbea.2022.v17.13033.

MARTINS, C. R. V. Educação ambiental na educação infantil. 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

MENDES, B. M; BARBA, C. H. de. A prática interdisciplinar da Educação Ambiental em escolas rurais do município de Porto Velho (RO). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 6, p. 348–364, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.34024/revbea.2022.v17.13838>. Acesso em: 12 nov. 2024.

NUNES, R. L; OLIVEIRA, C. B. de; COSTA, M. de O. A materialização da Base Nacional Comum Curricular no Referencial Curricular

Amazonense da Educação Infantil: uma análise à luz da Pedagogia Histórico-crítica. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 16, n. 47, 2025. DOI: <https://doi.org/10.61389/inter.v16i47.9932>. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/9932>. Acesso em: 14 jul. 2026.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAMBO, G. C; VON BORSTEL ROESLER, M. R. Vivência com a natureza no ambiente escolar na primeira infância e sua relevância para construção do respeito e cuidados com o meio ambiente. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 111–131, 2019. DOI: 10.34024/revbea.2019.v14.2698.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SAUVÉ, L. **Educação ambiental: possibilidades e limitações**. Educação & Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 317-336, 2005.

SAVIANI, D. . **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

TRISTÃO, M. **Educação Ambiental e o pensamento pós-colonial** narrativas e pesquisas. Editora CRV, 2018.

TRISTÃO, M. F. ; VIEIRAS, R. R. Decolonizar o pensamento: apontamentos e entrelaçamentos epistêmicos com a Educação 161 Ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação**

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012.

¹ Mestre em Educação Escolar (Universidade Federal de Rondônia - UNIR). Especialista em Educação Interdisciplinar - AJES - Faculdade do Vale do Juruena - MT. Pedagoga vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho - RO (SEMED) e professora de Educação Infantil na Escola Municipal Odília Pereira de Oliveira II. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0861-7132>

² Doutoranda em Educação Escolar (Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf)). Mestre em Educação Escolar (MEPE - UNIR). Especialista em Docência do Ensino Superior (PUC- MG). Pedagoga vinculada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e Técnica Pedagoga na reitoria do IFRO em Porto Velho - RO. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2968-2987>

³ Doutorando em Educação (Programa de Pós-graduação na Amazônia EDUCANORTE/PGEDA/UNIR), Mestre em Educação (Universidade Federal de Rondônia - UNIR). Especialista em Educação Ambiental (União das Escolas Superiores de Cacoal - UNESC). Biólogo vinculado a Secretaria Estadual de Educação de

Rondônia (Seduc - Rondônia). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8182-0935>

⁴ Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor titular da Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2950-9033>